



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo II - 2º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-7402 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.016634/2018-17

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em manutenção corretiva em máquinas gráficas de patrimônio do Ministério da Educação, conforme as condições e especificações técnicas constantes neste Projeto Básico e seus encartes.

1.2. RELAÇÃO DAS MÁQUINAS GRÁFICAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PATRIMÔNIO
01	Grampeador elétrico industrial marca Minura	02	012272 e 061605
02	Guilhotina elétrica industrial marca Catu	02	022170 e 022171
03	Perfuradora elétrica de papel industrial marca Lassane	01	003453
04	Dobradeira de papel marca Ribra	01	012453
05	Serrilhadeira de papel marca Ribra	01	012453

1.3. São partes integrantes deste Projeto Básico:

1.3.1. Encarte "A" – Planilha de Custos e Formação de Preços e modelo de proposta de preços (SEI nº 1402342);

1.3.2. Encarte "B" – Critérios para Sustentabilidade Ambiental (SEI nº 1402345); e

1.3.3. Encarte "C" – Declaração de Parentesco (SEI nº 1402348).

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando que as máquinas citadas no item 1.2, são de uso contínuo e tendo em vista a grande demanda de materiais de todas as secretarias do Ministério da Educação para os serviços de corte, serrilha, dobra e encadernação de materiais gráficos se faz necessária a contratação.

2.2. Trata-se de equipamentos que agregam itens fundamentais no acabamento de serviços gráficos, e o seu não funcionamento compromete o andamento dos serviços supramencionados do Ministério da Educação.

2.3. Devido ao valor de uma nova aquisição e que os equipamentos ainda poderão ser utilizados perfeitamente, é mais vantajoso efetuar a manutenção corretiva que a aquisição de novos equipamentos.

2.4. Constata-se ainda que essas máquinas estão a mais de 7 anos sem as devidas manutenções preventiva e corretiva, razão pela qual necessitam da imediata manutenção corretiva.

2.5. Pelo exposto, solicitamos que seja efetivada a contratação dos serviços conforme observadas as condições e especificações técnicas constantes neste Projeto Básico.

3. NATUREZA DO SERVIÇO

3.1. Os serviços do objeto deste Projeto Básico são de características SERVIÇOS NÃO CONTINUADOS, por ter escopo e obtenção de serviços específicos e um período pré-determinado.

4. DO FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A Contratação que trata o objeto deste Projeto Básico será realizada por meio de Dispensa de Licitação em razão do valor, com amparo legal no Inciso II, Artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

5. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Será selecionada empresa pelo critério de menor preço global, na forma prevista no art. 45, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

5.2. O preço deverá considerar todos os custos diretos e indiretos, (taxas, impostos, fretes, etc.), para a execução dos serviços.

5.3. As empresas deverão apresentar Planilha Descritiva de Custos e Formação de preços, devidamente preenchida, conforme modelo Encarte "A".

5.4. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO




6.1. Os serviços serão executados conforme relação das máquinas e discriminados no quadro abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	PATRIMÔNIO	SERVIÇO
01	Grampeador elétrico industrial marca Minura	02	012272 e 061605	Manutenção corretiva, incluindo regulagem do mecanismo, revisão da parte elétrica, limpeza, lubrificação e substituição de peças danificadas.

02	Guilhotina elétrica industrial marca Catu	02	022170 e 022171	Manutenção corretiva, incluindo afiação de 06 (seis) lâminas, regulagem dos mecanismos, corte do papel, revisão da parte elétrica, ajuste do balancim, alinhamento do esquadro, limpeza, lubrificação e substituição de peças danificadas.
03	Perfuradora elétrica de papel industrial marca Lassane	01	003453	Manutenção corretiva, incluindo regulagem dos mecanismos, revisão da parte elétrica, limpeza, lubrificação e substituição de peças danificadas.
04	Dobreira de papel marca Ribra	01	012453	Manutenção corretiva, incluindo regulagem dos mecanismos, revisão da parte elétrica, limpeza, lubrificação e substituição de peças danificadas.
05	Serrilhadeira de papel marca Ribra	01	012453	Manutenção corretiva, incluindo regulagem dos mecanismos, revisão da parte elétrica, limpeza, lubrificação e substituição de peças danificadas.

6.1.1. **As peças substituídas serão de inteira responsabilidade da empresa.**

6.2. Registro fotográfico dos equipamentos

ITEM	FOTOS
01	
02	
03	
04	

			
05			

6.2.1. Caso a empresa desejar a verificação dos equipamentos antes de encaminhar sua proposta, deverá entrar em contato com a área técnica por meio do telefone (61) 2022-7142, de segunda a sexta-feira, de 09:00 as 12:00 e de 14:00 as 17:00.

7. LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. Os serviços deverão ser executados no Ministério da Educação, localizado na Esplanada dos Ministérios Bloco L, Subsolo do Edifício Anexo - CEP 70047-900.
- 7.2. O prazo para a conclusão dos serviços será de 30 dias corridos a contar da emissão da Nota de Empenho.
- 7.3. O não cumprimento do prazo supramencionado poderá acarretar as sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.

8. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 8.1. O recebimento do objeto deste Projeto Básico se dará conforme o disposto no artigo 73, inciso I e seus parágrafos, da Lei nº. 8.666/93, compreendendo duas etapas distintas a seguir discriminadas:
 - a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, observado o disposto nos artigos 69, 73 e 76 da Lei nº. 8.666/1993;
 - b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei, autorizando emissão da nota fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação, observados os artigos 69, 73 e 76 da Lei nº. 8.666/1993.
- 8.2. Em caso de não conformidade, lavrar-se-á ofício de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o objeto deste Projeto Básico, será rejeitado, devendo ser sanado os problemas no prazo máximo de 05 (cinco) dias, quando se realizarão novamente as verificações em conformidade com o Item 6.1.
- 8.3. Caso a correção não ocorra em até 05 (cinco) dias, ou caso o novo item também seja rejeitado, a empresa estará incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei.
- 8.4. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Sendo que os custos da correção dos serviços rejeitados correrão exclusivamente a expensas da Contratada.
- 8.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do serviço fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

9. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 9.1. A garantia dos serviços consiste na prestação, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas neste Projeto Básico;
- 10.3. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, atestar a nota fiscal/fatura relativa à efetiva entrega do objeto contratado e seu aceite;
- 10.4. Recusar os serviços que não estiverem de acordo com o especificado neste Projeto Básico;
- 10.5. Aplicar as sanções regulamentares, se necessário;
- 10.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

- 10.7. Comunicar à Contratada as eventuais irregularidades observadas na entrega dos serviços para adoção das providências necessárias;
- 10.8. Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionado neste Projeto Básico.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços, observando rigorosamente as especificações e exigências estabelecidas neste Projeto Básico e na sua proposta;
- 11.2. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE;
- 11.3. Arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas, previstos na legislação vigente, e com quaisquer outros, em decorrência da sua condição de empregadora, no que diz respeito aos seus empregados;
- 11.4. Corrigir, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação da Administração do MEC, qualquer defeito verificado na entrega do objeto, ou em desacordo com as especificações exigidas, atentando as condições do item 5 deste Projeto Básico e ao prazo do item 6;
- 11.5. Emitir nota fiscal/fatura no valor pactuado, apresentando-a ao Contratante para ateste e pagamento;
- 11.6. Manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico, observado o disposto na Lei nº 8666/1993;
- 11.7. Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos fornecidos, bem como pelo custo de frete, na entrega, e demais custos inerentes ao serviço;
- 11.8. É vedada a subcontratação de outra empresa para a prestação dos serviços.

12. DA FISCALIZAÇÃO

- 12.1. A prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelos servidores do Ministério da Educação, designados abaixo:
- 12.1.1. Jonh Faber Chaves Costa, CPF nº 700.221.431-49, Matrícula SIAPE nº 2397619 - Titular; e
- 12.1.2. Luis Cordeiro da Silva, CPF nº 185.604.311-87, Matrícula SIAPE nº 00000807- Substituto.
- 12.2. Caberá ao fiscal designado:
- Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
 - Atestar a Nota Fiscal/Fatura, desde que tenham sido executadas após a conformidade do material fornecido.

13. ESTIMATIVA DE PREÇO

- 13.1. Foi realizada consulta, pela área técnica, junto a três empresas do ramo (SEI 1403082), no intuito de dimensionar os valores praticados no mercado, no entanto, esta pesquisa poderá ser ampliada pelo setor de licitações, caso julgue conveniente, seguindo os parâmetros previstos na Instrução Normativa nº 05 de 27 de julho de 2014.
- 13.2. Os valores cotados pelos fornecedores pesquisados foram os seguintes:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	PATRIMÔNIO	SERVIÇO	REALMAK		RT MÁQUIN	
					V. Unitário	V. Total	V. Unitário	V.
1	Grampeador elétrico industrial marca Minura	2	012272 e 061605	Conserto, incluindo regulagem do mecanismo, revisão da parte elétrica, limpeza, lubrificação e substituição de peças danificadas.	1.135,00	2.270,00	1.340,00	2.
2	Guilhotina elétrica industrial marca Catu	2	022170 e 022171	Conserto, incluindo afiação de 06 (seis) lâminas, regulagem dos mecanismos, corte do papel, revisão da parte elétrica, ajuste do balancim, alinhamento do esquadro, limpeza, lubrificação e substituição de peças danificadas..	1.470,00	2.940,00	1.560,00	3.
3	Perfuradora elétrica de papel industrial marca Lassane	1	3453	Conserto, incluindo regulagem dos mecanismos, revisão da parte elétrica, limpeza, lubrificação e substituição de peças danificadas.	420,00	420,00	690,00	
4	Dobradeira de papel marca Ribra	1	12453	Conserto, incluindo regulagem dos mecanismos, revisão da parte elétrica, limpeza, lubrificação e substituição de peças danificadas.	940,00	940,00	1.230,00	1.
5	Serrilhadeira de papel marca Ribra	1	12453	Conserto, incluindo regulagem dos mecanismos, revisão da parte elétrica, limpeza, lubrificação e substituição de peças danificadas.	760,00	760,00	890,00	
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					7.330,00		8.	

- 13.3. Os custos estimados deverão ser obtidos por meio de Pesquisa de Preços a ser realizada pela Coordenação-Geral de Licitações e Contratos desse Ministério.

14. DA CONTRATAÇÃO

- 14.1. O Termo de Contrato de execução dos serviços será substituído pela Nota de Empenho na forma do §4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/1993.

15. DO REAJUSTE

- 15.1. Os valores descritos neste Projeto Básico serão fixos e irrealizáveis durante a vigência do Contrato.

16. DO PAGAMENTO

- 16.1. O pagamento será efetuado por emissão de Ordem Bancária para crédito em conta corrente da Contratada, até o 5º (quinto) dia útil, mediante atesto da Nota Fiscal/Fatura discriminativa do serviço prestado, indicando as quantidades, valores unitários e totais, com desconto, quando houver, devidamente atestada pelo fiscal designado

para o acompanhamento do objeto deste Projeto Básico.

- 16.2. Nos casos em que obrigatórias, as Notas Fiscais devem ser eletrônicas (Nfe) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009.
- 16.3. Deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas, se for o caso, os dados bancários do credor para emissão da (s) ordem (s) bancária (s) e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.
- 16.4. Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 1244, de 30 de janeiro de 2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.
- 16.5. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo representante do Contratante, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Contratante.
- 16.6. No caso de eventual atraso de pagamento, provocados pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) / 365 - EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de Atualização Financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 16.7. Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/96, Lei nº 9.718, de 27/11/98 e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela e Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012, o setor responsável pela Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, nos termos da legislação vigente.
- 16.8. No ato do pagamento, será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa (artigo 27, § 2º, do Decreto nº 5.540/2005).

17. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 17.1. Os recursos para cobertura das despesas, decorrentes da execução dos serviços contratados, correrão à conta do Programa de Trabalho consignado no Orçamento do MEC, Elemento de Despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Subitem 17 que serão empenhadas, nos termos da lei, de acordo com o Orçamento Geral da União para 2019.

18. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 18.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico e demais cominações legais a licitante vencedora que:
- Apresentar documentação falsa;
 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - Falhar ou fraudar na execução dos serviços;
 - Deixar de entregar a documentação exigida no edital;
 - Não manter a proposta;
 - Comportar-se de modo inidôneo;
 - Fizer declaração falsa;
 - Cometer fraude fiscal;
 - Ou incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

- 18.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico e das demais cominações legais.
- 18.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.
- 18.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.
- 18.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
- 16.5.1 multa de:
- 18.6. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
- 18.7. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
- 18.8. 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
- 18.9. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
- 18.10. 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela inexecução total dos serviços.
- 18.11. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

- 18.12. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- 18.13. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nos itens 16.0.6 e 16.0.7 com as do item 16.0.8, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).
- 18.14. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 18.15. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.
- 18.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1. Todas as etapas dos serviços não descritas neste Projeto Básico, mas necessárias à execução total dos mesmos, serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 19.2. Consultas a respeito deste Projeto Básico poderão ser encaminhadas pelo endereço eletrônico **dicorp@mec.gov.br**, subsidiadas pela área técnica.



Documento assinado eletronicamente por **Esrom Goncalves Rodrigues, Servidor(a)**, em 06/02/2019, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Alves de Lima, Coordenador(a)**, em 06/02/2019, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Araújo Carvalho, Coordenador(a) Geral**, em 06/02/2019, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1420215** e o código CRC **F67B288C**.